

Geopolítica dos mares: um comparativo dos artigos científicos no Brasil e no mundo desde a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM)

Geopolitics of the seas: a comparison of scientific articles in Brazil and around the world since the United Nations Convention on the Law of the Sea (CNUDM)

MATHEUS MAGALHÃES DE OLIVEIRA DEL ROSSO SOARES¹

Universidade de Brasília
Brasília, Brasil

DANIEL ABREU DE AZEVEDO²

Universidade de Brasília
Brasília, Brasil

Resumo: A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), de 1982, transformou a maneira como os Estados veem suas relações com os espaços oceânicos. Este artigo compara a produção brasileira e internacional sobre o papel desses espaços na geopolítica desde a CNUDM. Para isso, essa pesquisa partiu de uma revisão de escopo nas bases Scopus, Scielo, Latindex e no acervo de duas revistas militares, comparando as principais bases conceituais utilizadas, a origem dos autores, o principal período de publicação e o foco geográfico de preocupação, nos períodos pré e pós-CNUDM. Entre os artigos brasileiros e internacionais, há convergência na utilização do conceito de Poder Marítimo de Mahan; como divergência, no caso brasileiro, há concentração de autores militares, publicados entre 1980-2010 e foco no Atlântico Sul; enquanto na produção internacional, são produzidos por civis, publicados entre 2010-2020 e apresentam uma maior variedade de espaços oceânicos.

Palavras-chave: geopolítica; mares; poder marítimo; CNUDM; revisão de escopo.

1 - Mestre em Geografia pela UnB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7902-1802> E-mail: matheus-delrosso2510@gmail.com

2 - Doutor em Geografia pela UFRJ. Professor adjunto do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UnB. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5354-128X>. E-mail: daniel.azevedo@unb.br

Abstract: The 1982 United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS) transformed the way States view their relations with oceanic spaces. This article compares Brazilian and international works on the role of these spaces in geopolitics since the UNCLOS. To achieve this, this research conducted a scoping review across the Scopus, Scielo, Latindex databases, as well as the collection of two military journals. It compared the main conceptual bases used, author origins, primary publication periods, and geographic focus of concern, in both pre- and post-UNCLOS periods. Among Brazilian and international articles, there is convergence in the use of Mahan's concept of Sea Power; as a divergence, the Brazilian case shows a concentration of military authors, with publications primarily between 1980-2010 and a focus on the South Atlantic; while international production is dominated by civilian authors, with publications mainly between 2010-2020 and a wider variety of oceanic spaces.

Keywords: geopolitics; seas; sea power; UNCLOS; scoping review.

INTRODUÇÃO

Embora haja diversas definições de geopolítica desde sua criação no final do século XIX (AZEVEDO; NOGUEIRA, 2023), muitos autores a descrevem como um campo que busca compreender como a geografia influencia a política, as estratégias e as relações entre Estados e territórios, analisando seus diferentes atores e suas interações (COSTA, 1992; GRYGIEL, 2007; BECKER, 2012; GRAY, 2013; SLOAN, 2017). Sloan (2017) afirma que esse campo de conhecimento cruza três disciplinas acadêmicas: a história, que observa como traços do passado moldam o presente e podem influenciar o futuro; os estudos estratégicos, que examinam as interações entre adversários envolvidos em conflitos, potenciais ou reais; e a geografia³, já que o espaço físico influenciaria nos processos que ali ocorrem, seja na criação de fronteiras, na fundação de sistemas políticos ou nas trocas (terrestres ou marítimas) de comunicação ou de mercadorias entre diferentes atores.

É possível dizer que a história do “uso geopolítico” dos mares é muito antiga, datando de milhares de anos atrás, como no caso da primeira rota comercial estabelecida no Mar Egeu por volta de 7000 a.C. (HOREJS, 2015). Com o passar dos anos, ficou evidente a valorização dos territórios marítimos como ferramenta para aumentar o poder de um país. Entretanto, apesar de a ideia de se estabelecer fronteiras marítimas ter vindo após a Primeira Guerra Mundial, quando a

3 - Nota-se que o autor é oriundo de Relações Internacionais, especialmente quando vincula o termo geografia aos aspectos físico-naturais, algo comum entre pesquisadores de outras áreas de conhecimento.

percepção do conceito de espaços de segurança se tornou mais notória dentro do cenário internacional, foi somente em 1982, com a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), que estabeleceu oficialmente de forma multilateral os conceitos e normas do direito marítimo e as fronteiras marítimas. É possível dizer que, desde então, os mares receberam um significado geopolítico ainda mais notável (CABREIRA; QUEIROZ, 2022).

Pensando em todas essas mudanças que os espaços oceânicos sofreram, Therrezinha de Castro (2021 [1983]) e o Almirante Jorge Busch (1993) trouxeram a ideia de Oceanopolítica, que seria uma abordagem semelhante à geopolítica, mas que colocaria o mar como peça fundamental de um contexto político mais amplo, já que as dinâmicas que ocorrem nos oceanos e territórios insulares são diferentes das terrestres e seria necessário trazer outro olhar para preencher as lacunas que a área da geopolítica detém. Vale ressaltar que a Geopolítica e a Oceanopolítica são indissociáveis e é imprescindível que ambas caminhem lado a lado, e tanto as análises acadêmicas, quanto o planejamento estratégico dos Estados, devem envolver as duas discussões para compreender integralmente esses espaços.

Essa pesquisa contribui para uma literatura que, apesar de ser razoavelmente explorada na agenda da geografia política internacional, ainda é limitada, atendendo-se em sua grande maioria aos mesmos casos. Na geopolítica brasileira, essa temática é pouco explorada na academia, estando quase exclusivamente ligada às instituições militares, especialmente à Escola Superior de Guerra (COSTA, 1992; BECKER, 2012). É conhecida a ausência da geopolítica dentro da geografia brasileira atual: “a geopolítica tem se desprendido de suas raízes na geografia e desenvolve-se com certa autonomia percorrendo caminho paralelo a esta” (COSTA, 2022, p. 4). Almeja-se, com esse trabalho, reforçar a importância desse campo de conhecimento para a geografia.

O objetivo deste artigo é analisar a produção sobre o papel dos espaços oceânicos na geopolítica e a evolução do pensamento naval desde 1982, comparando a produção brasileira e internacional. Busca-se entender as mudanças em temas, autores e abordagens após a CNUDM. O artigo é dividido em quatro seções: a primeira aborda os procedimentos metodológicos, com foco na revisão de escopo; a segunda apresenta a ideia de geopolítica dos mares e um panorama dos artigos levantados; as últimas seções analisam a natureza dos artigos científicos publicados no Brasil e no mundo, destacando teóricos e temas principais.

Como resultados, ficou perceptível que a produção de artigos científicos na área da geopolítica dos mares em revistas nacionais e internacionais possui muito mais pontos divergentes do que convergentes. Na comparação entre a produção internacional e brasileira pré e pós-1982, observou-se que ambas mantêm

algumas características tradicionais ligadas à geopolítica clássica, mas apresentam importantes mudanças no foco temático, especialmente ligadas à variedade temática e de áreas de estudo. Já no comparativo entre os artigos pós-CNUDM em si, ficou claro que nos artigos encontrados, há convergência na utilização do conceito de Poder Marítimo de Mahan; como divergência, no caso brasileiro, há concentração de autores militares, maior produção entre 1980-2010 e foco no Atlântico Sul; enquanto na produção internacional, há civis, produção entre 2010-2020 e maior variedade de espaços oceânicos.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Essa pesquisa partiu de uma revisão de escopo (AZEVEDO; URIAS; OLIVEIRA, 2023), com intuito de identificar e comparar quais são as principais temáticas discutidas nos artigos sobre geopolítica dos mares no Brasil e no mundo a partir de 1982, ano em que ocorreu a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar.

Para a revisão internacional (Tabela 1), foi selecionada a base de dados *Scopus*, por ser uma das mais completas atualmente e possuir a característica de facilitar a busca de conteúdos específicos nos artigos⁴, além de trazer as maiores revistas do mundo na área da geopolítica, como *Geopolitics* e *Political Geography*. Foram definidos como descritores os termos “geopolitics” e “sea”, com o booleano “AND”, com o objetivo de lograr o maior número de artigos sobre a temática da pesquisa (totalizando 7280 artigos). O primeiro critério de filtragem dos artigos encontrados inicialmente foi o recorte estabelecido de 1982 a 2023 (7217 artigos). O critério seguinte foi a presença dos termos “geopolítica” e “mar” no título, resumo ou palavras-chave (616 artigos). Em seguida, em virtude de o termo geopolítica ter diversas definições e, em grande parte, ser utilizado sem grande preocupação com seu real conteúdo teórico e por vezes até incorretamente (SLOAN, 2017), realizou-se uma filtragem manual dos artigos para identificar quais realmente se encontravam na temática⁵ (109 artigos). Finalmente, por conta do número expressivo de artigos e por vezes muitos abordarem os mesmos temas, foram incluídos no texto os artigos em que a CNUDM tem um papel mais central nas discussões (19 artigos).

4 - Ver Burnham (2006) para uma análise mais completa sobre a base de dados *Scopus*.

5 - Destaca-se que a temática que essa pesquisa almeja estudar é a da utilização estratégica do mar para o fortalecimento do poder e influência de um Estado. Com o intuito de clarificar as escolhas tomadas nesse momento da filtragem, alguns exemplos de artigos excluídos podem ser mencionados, como o artigo de Saddington e Hills (2023) que discorre sobre a geopolítica da representação espacial e as respostas emocionais da população da ilha de Tuvalu e o de Fekete (2023) sobre racismo civilizacional, etnonacionalismo e o choque de imperialismos na Ucrânia.

Tabela 1 - Artigos internacionais encontrados sobre geopolítica dos mares.

BASE DE DADOS	DESCRITORES	NÚMERO DE RESULTADOS PRIMÁRIOS	SEGUNDO MOMENTO DA FILTRAGEM	TERCEIRO MOMENTO DA FILTRAGEM	QUARTO MOMENTO DA FILTRAGEM	ARTIGOS INCLUÍDOS
SCOPUS	"geopolitics" AND "sea"	7280	7271	616	109	19

Fonte: Elaboração própria.

Para a revisão das produções brasileiras (Tabela 2), foram selecionadas as bases de dados Scielo e Latindex, ambas referências no campo das Ciências Humanas no Brasil e na América Latina (SHINTAKU; BRITO; NETO, 2014). Além disso, optou-se por também incluir a Revista Marítima Brasileira (RMB) e a Revista da Escola Superior de Guerra⁶. A RMB se mostrou uma fonte valiosa já que foi fundada em 1851, o que faz com que seja a revista marítima mais antiga do mundo em atividade, além de possuir conceito Qualis B2 da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)⁷. Já a Revista da Escola Superior de Guerra foi incluída devido à sua importância para o pensamento estratégico e geopolítico brasileiro⁸. Sendo assim, foram utilizados, em português, os mesmos descritores, termo booleano e critérios de filtragem mencionados anteriormente para a definição dos artigos incluídos na pesquisa.

Tabela 2 - Artigos nacionais encontrados sobre geopolítica dos mares.

BASE DE DADOS	DESCRITORES	NÚMERO DE RESULTADOS PRIMÁRIOS	SEGUNDO MOMENTO DA FILTRAGEM	TERCEIRO MOMENTO DA FILTRAGEM	QUARTO MOMENTO DA FILTRAGEM	ARTIGOS INCLUÍDOS
SCIELO	"geopolítica" AND "mar"	1	1	0	0	0
LATINDEX	"geopolítica" AND "mar"	0	0	0	0	0

Fonte: Elaboração própria.

6 - Vale ressaltar que as revistas não se encontram nas bases de dados Scielo e Latindex.

7 - Informação retirada do site da Marinha do Brasil. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/rmb/a-revista>. Acesso em dezembro de 2023.

8 - Informação retirada do site da Revista da Escola Superior de Defesa. Disponível em: <https://revista.esg.br/index.php/revistadaesg/about>. Acesso em janeiro de 2024.

Além disso, também foi realizada uma breve revisão nas mesmas bases de dados e revistas, seguindo os mesmos critérios de filtragem anteriormente descritos, porém com o recorte pré-1982, dos quais o artigo mais antigo data de 1973. Esse levantamento tem como objetivo analisar quais eram as principais características das pesquisas realizadas antes da CNUDM e identificar as diferenças em relação aos artigos apresentados nos levantamentos anteriores. Dessa etapa foram incluídos mais cinco artigos (quatro nacionais e um internacional). Porém, vale ressaltar que os quatro artigos brasileiros apresentam um panorama das principais obras e discussões realizadas à época de sua respectiva publicação. Além de abordarem produções brasileiras, esses textos também contemplam publicações de outras partes do mundo, principalmente dos seus países vizinhos, dos Estados Unidos e das potências europeias (Reino Unido, França, Alemanha, Itália, etc).

Vale ressaltar que, ainda na parte da revisão, um dos objetivos dessa etapa era identificar a vinculação dos autores dos artigos. Para isso, foram analisadas as notas de rodapé de cada uma das produções levantadas, já que a maioria delas trazia a informação da ocupação e formação dos autores. Nos artigos que não traziam essa informação foi realizada uma pesquisa na plataforma do Google Acadêmico.

Na etapa seguinte, foram elaboradas tabelas, um gráfico e uma figura temática apresentando a localização específica dos casos encontrados. A imagem foi elaborada no ArcGIS Pro, criando “pontos” em um dos mapas-base da ferramenta e utilizando a simbologia de “símbolos proporcionais”, para ilustrar quais mares e oceanos foram mais estudados nos artigos brasileiros e estrangeiros levantados na etapa anterior.

Por fim, realizou-se uma revisão bibliográfica menos criteriosa em outros formatos de produção literária e científica, como artigos de revistas acadêmicas, livros, dissertações de mestrado e teses de doutorado, para contextualizar as discussões abordadas na pesquisa, principalmente na explicação da definição de geopolítica dos mares, poder marítimo e como os mares são utilizados geopoliticamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Apesar de fugir do escopo metodológico deste artigo, é importante ressaltar que alguns trabalhos, além dos artigos analisados, lidam com o tema da geopolítica do Atlântico Sul. Na produção literária pode ser citado o livro de Penha (2010), intitulado “Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul”, que busca discutir a perspectiva de desenvolvimento de uma bacia econômica no Atlântico Sul, tendo como foco de análise as relações geopolíticas estabelecidas entre o Brasil e os países da África Subsaariana, desde o começo do comércio atlântico português no século XVI até o final do século XX.

No campo das dissertações de mestrado podem ser citados os trabalhos de Brozosky (2013), Costa (2018) e Marreiro (2021), que analisam por meio da geopolítica, juntamente com a economia e estudos estratégicos, formas em que o Brasil atua para realizar a manutenção do seu posto como a principal potência marítima regional, associado ao fortalecimento econômico e político para a América Latina e a África.

Podem ser citadas também teses de doutorado, como a de Campello (2018), que discorre sobre como as disputas ambientais atuais tornaram-se temas geopolíticos centrais e como o Brasil, com suas reservas de petróleo no pré-sal, é alvo de pressões externas. Analisando assim, a geopolítica do pré-sal e como o país defende uma projeção autônoma no cenário internacional, conciliando responsabilidade ambiental, desenvolvimento socioeconômico, segurança nacional e a defesa soberana do Atlântico Sul. Entretanto, o foco dessa pesquisa está na produção de artigos publicados em revistas.

Partindo para a análise, o controle dos espaços oceânicos pode ser associado a uma grande gama de temáticas, como destacar o prestígio de um país, aspirações de ascensão regionais, preocupações estratégicas de acesso aos recursos naturais, mas, em essência, todos estão ligados ao fortalecimento do poder do Estado (MARRONI; ASMUS, 2013). Barry Gough (1998, p.55) afirma que a importância dos mares para a geopolítica reside no fato de que “quem controla o mar pode influenciar, embora não totalmente, o que se passa na terra”.

Apesar de ter escrito suas obras no final do século XIX e nos primeiros anos do século XX, Alfred Mahan (1891) e o conceito de Poder Marítimo ainda são centrais no pensamento naval atual. Para o autor, o acesso ao mar, o controle das linhas de comunicação e de comércio marítimo, o desenvolvimento a partir dos litorais e a criação de estratégias para o uso “militar” dos mares podem auxiliar na mudança de políticas mundiais, o que pode garantir a um país controle sobre determinadas regiões do globo. Estabelece-se, assim, uma relação indissociável entre o poder marítimo, o poder nacional e o desenvolvimento dos Estados. Assim, chama a atenção a persistente importância do autor nas pesquisas contemporâneas sobre o tema, como é evidente na pesquisa aqui realizada.

Apesar disso, Allahverdizadeh e Karimi (2023, p. 384) discutem sobre como as últimas décadas trouxeram “mudanças na estrutura da ordem internacional, no ambiente geopolítico dos mares, no quadro jurídico dos mares, na formação de coligações baseadas no mar e no ambiente de segurança dos mares”, sendo necessário repensar o Poder Marítimo. Para os autores, o conceito atual deve

abranger todos os aspectos do uso do mar, do *soft* e *hard power*⁹ desses espaços, analisando não somente as “ferramentas militares” que os Estados utilizam para fortalecer seu poder marítimo, mas também as “não militares” (com acordos diplomáticos e econômicos de cooperação mútua, por exemplo), dando uma nova abordagem à Marinha e até mesmo ao poder marítimo na era pós-moderna. Outra mudança sofrida pela teoria naval veio com o fim da Guerra Fria, tornando necessário repensar a geopolítica dos mares, já que este marco representou o fim da dualidade entre os Estados Unidos e a União Soviética, viabilizando a exploração e a expansão dos poderes marítimos de outros Estados que não são grandes potências globais (KEARSLEY, 1992). Esse fenômeno possibilitou que outras regiões, países, mares e oceanos sejam estudados sob a ótica da geopolítica, algo que fica perceptível nas seções seguintes da pesquisa.

PRODUÇÃO EM REVISTAS NACIONAIS

É importante ressaltar que o levantamento realizado revela um abandono sobre a temática na academia brasileira, tanto no período pré-CNUDM, quanto pós, já que nenhum artigo foi encontrado nas bases de dados Scielo e Latindex, duas das principais utilizadas no Brasil. Isso confirma o que autores já citados comentam sobre a contínua prevalência dos militares na geopolítica.

Visando contextualizar as próximas análises, faz-se necessário apontar algumas características dos quatro artigos brasileiros levantados no período pré-1982. De forma geral, todos os artigos (HOLLANDA, 1973 e 1974; VIANNA FILHO, 1980 e 1981) são fortemente influenciados por autores da geopolítica clássica, como Mackinder, Corbett, Meira Mattos e Mahan, em que a ideia de poder marítimo é indiscutivelmente indissociável das produções da época sobre geopolítica dos espaços oceânicos, além de conceitos como o de Estratégia Naval de Pierre Lacoste (1981) e a Doutrina de Segurança Nacional de Joseph Comblin (1978), que foram diretamente influenciados pelas obras dos autores previamente mencionados.

Além disso, esses artigos têm como temática principal a análise das estratégias militares das principais marinhas do mundo, inovações em relação a instrumentos de guerra e uso logístico dos espaços marítimo por diferentes países. Quanto ao recorte espacial das pesquisas, ficaram concentradas especialmente nos mares que banham as principais potências ocidentais do mundo, como o Atlântico Norte, o Mar do Norte e o Mediterrâneo. Apesar disso, já havia discussões sobre

9 - *Soft* e *hard power* podem ser traduzidos para o português como poder brando e duro, mas optou-se nesta pesquisa por utilizar o termo em sua língua original, como ocorre na maior parte da literatura sobre o tema.

o potencial do Oceano Pacífico tornar-se o ambiente geopolítico mais relevante e disputado nos mares (HOLLANDA, 1974) e também sobre futuros possíveis conflitos referentes aos espaços glaciais, assim como a necessidade do Brasil ser mais presente nessa região (HOLLANDA, 1973).

Algo que também chama a atenção é que em duas ocasiões (HOLLANDA, 1974; VIANNA FILHO, 1981) houve ponderações referentes à necessidade de formar novas, normas do direito marítimo mais adequadas e multilaterais. Assim como questionamentos sobre como as definições da CNUDM, como a ZEE, influenciaram positiva e negativamente na exploração dos recursos marítimos.

Sendo assim, partindo para a análise dos artigos pós-CNUDM, diferentemente dos artigos anteriores, o Atlântico Sul é o principal objeto de estudo dos artigos brasileiros e faz parte do que se denomina como “Entorno Estratégico”, entendido de acordo com a Política de Defesa Nacional (PND), como as regiões para as quais o país busca irradiar sua influência e sua liderança diplomática, econômica e militar. O entorno estratégico do Brasil atualmente compreende a região da América do Sul, os países lindeiros da África e, mais recentemente, a Antártida. (BRASIL, 2005).

Silva (2014) discute que, apesar de a região do Atlântico Sul ter perdido importância dentro da escala global no último século, esse oceano ainda é essencial no contexto regional. Cerca de 20% do transporte marítimo norte-americano é realizado nessas águas e trafegam pelas linhas de comunicações marítimas brasileiras mais de mil navios por dia, número que pode aumentar consideravelmente com o crescimento econômico e geopolítico do Brasil, assim como dos países do seu Entorno Estratégico. Sendo assim, apesar da relevância desse espaço, não foram encontrados artigos sobre o Atlântico Sul escritos por civis brasileiros e estrangeiros, apenas por membros da marinha brasileira.

Desse modo, optou-se por utilizar o acervo da Revista Marítima Brasileira (RMB), editada pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Documentação da Marinha (DPHDM). Por essa razão, os artigos encontrados são, em sua grande maioria, análises sobre os interesses geopolíticos do Brasil e o papel da Marinha¹⁰ - raros foram os casos de análises geopolíticas de outros mares e oceanos, algo mais perceptível nas revistas internacionais.

Nos artigos encontrados na RMB, como mencionado anteriormente, o foco principal foi o Atlântico Sul e a “Amazônia Azul”¹¹. Três dos artigos encontrados tinham um caráter mais descritivo e buscaram explicar os conceitos estabelecidos pela CNUDM. O texto de Albuquerque (2008) traz em específico a definição

10 - Com a única exceção do artigo de Aquino (1984), que teve como tema as repercussões militares da expansão soviética na África.

11 - O termo corresponde às Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB), uma região de extrema importância para o país, com uma área de 3,6 milhões de quilômetros quadrados (AQUINO, 2019, p. 166).

de Plataforma Continental, aplicando-a ao caso brasileiro¹². Já os textos de Cunha (1988) e Longo (1985), apesar de serem descriptivos, trazem consigo breves análises e conclusões dos autores.

O primeiro tem como objeto de estudo as ZEEs e como o estabelecimento dessas fronteiras marítimas afetariam países do chamado “Terceiro Mundo”¹³, dando foco especial ao Brasil. Cunha (1988) conclui que, por um lado, essas zonas trouxeram consigo grandes benefícios e responsabilidades para países costeiros, dando oportunidades de crescimento econômico, desenvolvimento científico e tecnológico, possibilitando que Estados subdesenvolvidos fortaleçam seus poderes marítimo, mas, por outro, atribuiu a esses países responsabilidades antes indefinidas de preservação e conservação das áreas mais privilegiadas e sensíveis dos mares.

O texto de Longo (1988) é mais geral sobre todos os conceitos estabelecidos na Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, porém foca exclusivamente no Brasil. O autor debate o benefício da ampliação da área de jurisdição nacional, acrescenta maiores responsabilidades à Marinha do Brasil, mas não limita as necessidades de meios navais, nem restringe sua atuação à linha de delimitação das áreas jurisdicionais, pois “as responsabilidades navais não têm fronteiras nos mares” (LONGO, 1988, p. 74).

Apesar de autores tradicionais do poder marítimo tradicionalmente ligados ao *hard power*, como Alfred Mahan, Herbert Richmond, Therezinha de Castro e Armando Vidigal, serem bastante recorrentes nos artigos brasileiros, para fundamentar como o mar pode ser utilizado geopoliticamente e como instrumento para fortalecer um Estado, é perceptível que a abordagem geopolítica brasileira se prende mais à ideia de diplomacia naval. Vitor Chiozzo (2018) apresenta a diplomacia naval como:

uma ferramenta única e útil para as Marinhas e os *policy makers* em todo o mundo e que continua a ser utilizada para promover os interesses e objetivos nacionais. Ela reside em uma posição exclusiva no panteão do arsenal diplomático de um Estado, envolvendo o emprego real das forças de defesa, para afetar outro ator político do sistema internacional por meio do uso, da demonstração ou da ameaça de força limitada por meios baseados no mar (CHIOZZO, 2018, p. 37).

12 - “A plataforma continental de um Estado costeiro compreende o leito e o subsolo das áreas submarinas que se estendem além do seu mar territorial, em toda a extensão do prolongamento natural do seu território terrestre, até ao bordo exterior da margem continental, ou até uma distância de 200 milhas marítimas das linhas de base a partir das quais se mede a largura do mar territorial, nos casos em que o bordo exterior da margem continental não atinja essa distância” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 21).

13 - É importante mencionar que o Brasil não se encontra mais nessa classificação e atualmente é considerado um país de economia emergente.

Com exceção dos artigos de Longo (1985), Cunha (1988) e Albuquerque (2008), todos os artigos levantados buscam deixar claro que o plano de fortalecimento do poder marítimo brasileiro é realizado por meio da cooperação com o seu Entorno Estratégico, sendo a presença dos navios brasileiros no Atlântico Sul de suma importância geopolítica no âmbito regional e local do Brasil e de seus aliados¹⁴ (SILVA, 2014). Essa atuação brasileira pode “proporcionar expressivos resultados políticos e diplomáticos, por meio da ampliação dos laços de amizade, confiança e credibilidade decorrentes das afinidades culturais e interesses afins pelo desenvolvimento e segurança regionais” (LEITE, 2015, p. 82).

Aquino (2019) traz uma discussão singular entre os artigos brasileiros, na qual propõe um comparativo entre o Brasil e a China, analisando de que modo o país asiático ascendeu como uma das grandes potências marítimas neste século e como o Brasil poderia replicar as estratégias chinesas para evoluir seu potencial nos mares, principalmente de utilização de territórios insulares com o propósito de aperfeiçoar sua estrutura de defesa e monitoramento de seu entorno estratégico. O autor defende que essas ilhas possibilitam ao Estado “presença avançada e permanente no Entorno Estratégico do seu território” (AQUINO, 2019, p. 172), dando apoio logístico às forças navais, estrutura para sensores e armamentos ou até como pistas de pouso. O autor conclui que, por conta do Brasil possuir uma das maiores fronteiras marítimas do mundo, seria vantajoso adotar essas estratégias para manter a soberania sobre seu território marítimo e aumentar sua projeção de poder no Atlântico Sul.

Interessante notar que essa tendência de crescimento em relevância da China como exemplo de poder marítimo global é amplamente debatida em todo o mundo, algo que será discutido e ficará evidente na seção seguinte do artigo.

Sendo assim, estabelecendo um comparativo entre a produção brasileira pré e pós-1982, pode-se notar que a produção ainda está quase estritamente ligada a autores militares. Ademais, apesar das temáticas relacionadas ao poder marítimo, estratégias militares e instrumentos de guerra terem sido discutidas em ambos os períodos, foi possível observar uma maior variedade e valorização de questões, principalmente sociais e ecológicas¹⁵, no pensamento naval atual. As discussões referentes à CNUDM e às fronteiras marítimas, especialmente ZEEs, se tornaram ainda mais frequentes nos artigos produzidos posteriormente. Mostra-se relevante reconhecer também que nos artigos produzidos antes da Convenção já existiam debates relativos à crescente importância do Oceano Pacífico

14 - Silva (2014) e Reis (2014) trazem uma análise mais aprofundada da importância dessa região para o Brasil e seu entorno estratégico.

15 - Vale ressaltar que o artigo de Holland (1973) traz uma breve discussão sobre a possibilidade da poluição nos mares se tornar uma temática importante a ser analisada no futuro.

e dos Oceanos Glaciais, assim como a importância do Brasil se fazer presente na Antártida, debates esses que se tornaram ainda mais relevantes posteriormente.

PRODUÇÃO EM REVISTAS INTERNACIONAIS

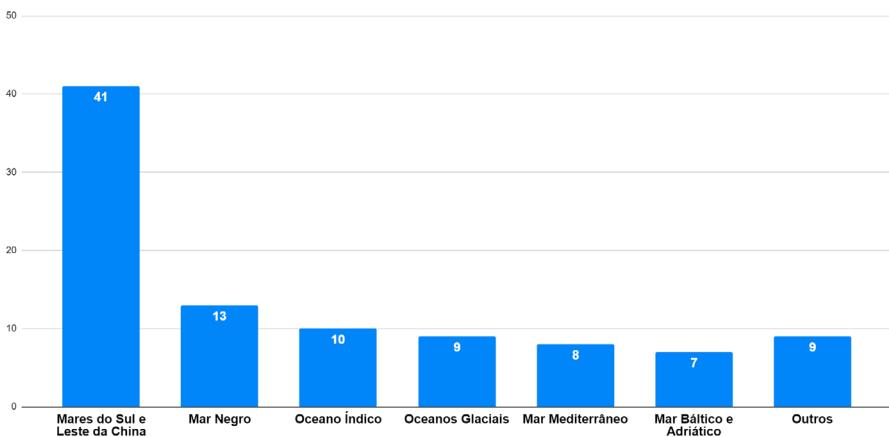
Após realizar o levantamento na base de dados *Scopus* com recorte anterior a 1982, apenas um artigo foi encontrado (LASSERRE, 1980). Essa produção traz uma análise sobre o papel geopolítico e estratégico do Rio Saint Laurent no Canadá e como ele pode ser instrumentalizado para o fortalecimento logístico, econômico e militar do país na região da América e do Atlântico Norte. Esse artigo segue a mesma tendência dos artigos internacionais citados nos artigos brasileiros mencionados anteriormente, com a forte influência da geopolítica clássica, valorização dos mares e oceanos que banham as principais potências mundiais como objeto de estudo e foco nas temáticas que abordam principalmente a avaliação das táticas militares das marinhas mais importantes do mundo, as inovações nos equipamentos bélicos e o uso estratégico dos espaços marítimo.

Diferentemente do que foi observado no levantamento dos artigos publicados em revistas apenas brasileiras, nos periódicos estrangeiros se tem uma maior variedade de temas dentro da geopolítica dos mares, mas que ainda estão ligados a potências mundiais como os Estados Unidos e a Rússia. Os dois Estados permanecem como objeto de estudo, tendo em vista seu *status consolidado* como grandes protagonistas nos mares desde 1982, agindo e expandindo seu poder marítimo em seus mares próximos, mas principalmente em outros mares oceanos que são de importância geopolítica em uma escala global¹⁶.

A partir do século XXI, tornou-se perceptível um aumento no interesse por novos casos nos artigos científicos, em especial a China, que cresceu exponencialmente dos anos 2000 em diante – de 1982 a 2000 foram apenas 9 artigos e após esse ano o número subiu para 42. O país se tornou o principal objeto de estudo, aparecendo em aproximadamente 47% dos artigos levantados. Porém, desde 2010, nota-se um aumento de artigos sobre o papel da Índia, principalmente no Oceano Pacífico (2 artigos antes de 2010 e 8 após) e das disputas no Ártico/Antártida (1 artigo antes e 8 após).

16 - Essa tendência é especialmente visível no caso dos EUA, que detém grande influência, principalmente nos mares asiáticos. Todos os artigos em que o país norte americano aparece como ator têm como foco essa região.

Gráfico 1 - Mares e oceanos mais estudados nos artigos levantados



Fonte: Elaboração própria.

Ao levar em consideração as limitações que um artigo detém, nessa pesquisa vamos entrar mais a fundo em três dos quatro casos mais estudados (Gráfico 1): o dos Mares do Sul e Leste da China, o Oceano Índico e os Oceanos Glaciais. Optou-se por não aprofundar o caso do Mar Negro, já que os artigos levantados na pesquisa sobre o tema não entram em discussões teóricas e conceituais (tendo um caráter mais descritivo) e nenhum deles menciona a CNUDM, ambas questões centrais desse artigo.

Como uma breve apresentação dos outros casos, os artigos encontrados sobre o Mar Mediterrâneo (KATSANEVAKIS et al, 2015; STERGIOU, 2023) tinham como foco temático questões sobre a instabilidade geopolítica da região, conflitos entre os países banhados por ele em relação a recursos energéticos e problemas ambientais resultantes disso. Sobre os Mares Báltico e Adriático, incluindo também o Mar Negro, a principal temática é sobre o plano geopolítico polonês *Intermarium* (VOROZHEINA; KURGANSKII, 2023). Os artigos restantes eram sobre os mares da América Latina, da Europa e da África, principalmente sobre questões de ZEEs e de direito marítimo.

Dessa forma, realizando um comparativo entre a produção internacional pré e pós-1982, percebe-se que a produção internacional ainda segue a tendência de ser realizada principalmente por civis. Porém, os artigos atuais revelam uma maior variedade de objetos de estudo, cujo foco vai além dos mares e oceanos próximos às grandes potências como os EUA, Rússia e países europeus. Assim exibem

uma maior variedade temática, indo além da militarização dos espaços oceânicos por parte dos Estados e explorando mais questões sociais e ecológicas, assim como a participação de atores não estatais nas dinâmicas marítimas, como será observado nas seções a seguir.

MARES DO SUL E LESTE DA CHINA

Nos últimos anos, diversos incidentes e confrontações vêm ocorrendo nas áreas marítimas e ilhas em disputa do Leste e Sudeste Asiático, principalmente entre China (PIZZOLO, 2022), Taiwan (SONG, 2001), Vietnã (KEYUAN, 1999), Filipinas (WU; VELASCO, 2022), Japão (ROWAN, 2005), Coreia do Sul (LUO, 2022) e os Estados Unidos (MOHAMADI; ZARGHAMI; VALIZADEH, 2019), criando um cenário geopolítico extremamente complexo e interessante de ser estudado. Pizzolo (2022) afirma que, com o crescimento da República Popular da China (RPC) nas últimas décadas como um grande poder econômico e militar, Pequim e o Exército de Libertação Popular da China (ELP) têm tomado medidas consideradas mais assertivas no Mares do Leste e principalmente do Sul da China, o que atualmente impõe desafios econômicos, jurídicos, políticos e militares aos rivais dessa potência asiática.

Choi (2017) aborda a incorporação de novas dinâmicas advindas da CNUDM que necessitam ser consideradas no âmbito da literatura geopolítica, especialmente no que se refere aos oceanos e ao poder marítimo, incluindo o direito de exercer autoridade em uma área que, anteriormente, era reconhecida legalmente como um espaço comum internacional. Dentre os artigos levantados sobre o assunto, a maioria tem como objetivo analisar as estratégias que a RPC tem adotado dentro dos seus mares e dos que contesta, como a utilização de embarcações de guarda-costeira como ferramenta de *soft power* em áreas sensíveis com reivindicações conflitantes de soberania marítima, para monitorar e proteger de forma “não política” esses territórios (GUILFOYLE; CHAN, 2022), a utilização de pequenas ilhas militarizadas, já existentes e artificiais, para expandir a presença e influência chinesa dentro da linha das nove raias¹⁷ (SCOTT, 2021) e até a criação da Rota da Seda Marítima do Século 21 buscando mudar a ordem geopolítica mundial em favor da China (NOORALI; AHMADI, 2022).

Na grande maioria dos artigos¹⁸ essas estratégias marítimas foram analisadas pela ótica da obra de Alfred Mahan e o fortalecimento do poder do Estado pela busca da supremacia global baseada na emulação da primazia marítima das he-

17 - Mais comumente conhecida como “*nine-dash line*”, representa a área que a RPC reivindica no Mar do Sul da China.

18 - Algumas que podem ser mencionadas são os textos de Huang e Liu (2023), Huang (2022), Hsiao (2016) e Keyuan (1999).

gemonias antigas, como o Reino Unido durante o século XIX e início do século XX. Outros artigos, como os de Pizzolo (2022) e Holmes e Yoshihara (2006) destacam que outros teóricos, além dos clássicos, são fundamentais para entender os mares chineses. A “teoria do risco” de Alfred von Tirpitz, por exemplo, foca na construção naval para projetar poder local e contrabalançar, mas não substituir, a hegemonia atual. Já Norman Angell, com sua “teoria da grande ilusão”, argumenta que a prosperidade geopolítica de um Estado depende mais dos laços econômicos criados com seus aliados, e menos do poder militar, dada a interdependência econômica global na atualidade. Essa diversidade de perspectivas reflete a complexidade do ambiente marítimo chinês e a necessidade de novas abordagens teóricas.

OCEANO ÍNDICO

Há centenas de anos o Oceano Índico tem sido de grande importância geopolítica do mundo, abrigando algumas das rotas comerciais mais importantes da história. Atualmente, cerca de um terço do tráfego de cargas e dois terços das remessas de petróleo global passam por essas águas (IORA, 2023). Considerando a vasta extensão e as características únicas do Oceano Índico, diversas questões geoestratégicas são objeto de estudo na região. Entre elas, destacam-se a presença estratégica russa nas proximidades da África Oriental (GURJAR, 2022), o processo de expansão do mar territorial da Austrália (OPESKIN, 1991) e os conflitos territoriais nas ilhas da Oceania (MAWYER, 2021). No entanto, a temática central identificada em levantamentos recentes é o crescimento do poder marítimo indiano e o papel crescente da Índia nesse importante espaço oceânico.

Kupriyanov (2019) e Singh (2003) afirmam que o interesse da Índia em controlar o Oceano Índico está ligado à segurança marítima do país desde os tempos coloniais, já que mais de 95% de seu comércio depende do mar, com importantes artérias comerciais passando por seus portos. O vácuo geopolítico deixado após a Guerra Fria e as mudanças trazidas pela CNUDM permitiram que a Índia reivindicasse o papel de hegemonia regional. Na mesma década, a Índia iniciou um período de grandes investimentos no seu poder marítimo. O objetivo era claro: garantir que a presença e o controle das frotas indianas fossem significativos não apenas em suas fronteiras marítimas, mas também nas proximidades de países vizinhos e em todo o Oceano Índico. Essa estratégia tem se fortalecido progressivamente à medida que a Índia se consolida como uma grande potência global.

Além disso, similarmente à China, o país também tem como estratégia a utilização das ilhas para a ampliação de influência marítima regional, nesse caso com a utilização do arquipélago de Andamão e Nicobar (SCOTT, 2021). A localização privilegiada desse conjunto de ilhas fornece a Delhi uma presença dominante na

Baía de Bengala, além de expandir a presença naval indiana na cabeceira do Estreito de Malaca, o ponto de estrangulamento que dá acesso ao Oceano Índico, possibilitando construir uma “Cadeia de Ferro” para deter a expansão Chinesa e Russa na região.

Além das perspectivas tradicionais do poder marítimo, uma discussão importante acerca do pensamento naval atual foi identificada nos artigos sobre esses casos: o conceito de governança marítima, discutida por autores como Jivanta Schottli (2015) e Lidarev e Pant (2022). Estes últimos definem governança marítima como:

as complexas instituições, mecanismos, relações e processos formais e informais entre Estados, mercados, cidadãos e organizações, tanto inter como não governamentais, através dos quais os interesses coletivos no plano marítimo se articulam, estabelecem direitos e obrigações e mediam conflitos (LIDAREV; PANT, 2022, p. 270).

Algo importante atualmente porque traz uma nova perspectiva e problemática para os debates sobre o tema, na qual entram novos atores e questões, como economia azul, mineração em alto mar, poluição marítima, terrorismo marítimo, pirataria, pesquisa e operações de resgate, pesca ilegal, ajuda humanitária etc. Tópicos bastante atuais, advindos da evolução da geopolítica dos mares nos últimos anos e que não eram considerados pelos antigos teóricos.

OCEANOS GLACIAIS

Durante grande parte do século XX, o Ártico e a Antártida acolheram um círculo de práticas e representações que buscavam reivindicar a soberania desses territórios “anárquicos” para diversos países, tendo como objetivo acessar o potencial de recursos presentes dentro das águas congeladas desses oceanos (DODDS, 2010). Aliadas a isso, estão as mudanças climáticas recentes, que tornaram essas regiões mais acessíveis e exploráveis, e a CNUDM, que possibilitou que os Estados adotassem uma série de estratégias geográficas diferentes a fim de estabelecer o máximo controle territorial sobre suas plataformas continentais.

Tendo em vista esse contexto, grande parte dos artigos levantados sobre os Oceanos Glaciais dizem respeito à presença russa (LI; LYNCH, 2023) e chinesa (BIEDERMANN, 2022) no Ártico, assim como os planos de criação de rotas econômicas que, caso se concretizem, poderão reduzir consideravelmente o tempo de travessia entre os principais pólos econômicos mundiais. Apesar de não ser tão

recorrente quanto o anterior, o Oceano Antártico também vem se apresentando como um notável objeto de estudo dentro da geopolítica dos mares, especialmente por ser uma região de inúmeras disputas territoriais sobre as ilhas antárticas e ilhas sub-antárticas (HEMMINGS; STEPHENS, 2010).

Embora não incorporem distintos conceitos e teóricos para analisar a geopolítica desses oceanos, limitando-se a abordar discussões mais convencionais sobre território, soberania e legibilidade territorial, baseando-se em autores como John Agnew, Stuart Elden e Matthew Hannah, esses casos se mostraram interessantes por trazerem e aprofundarem os conceitos estabelecidos pela CNUDM, como mar territorial, zona econômica exclusiva e principalmente plataforma continental, e como se aplicam e manifestam de fato na relação entre Estados e no planejamento geopolítico e geoestratégico dos mesmos.

COMPARATIVO ENTRE A PRODUÇÃO BRASILEIRA E INTERNACIONAL

Sintetizando e comparando os achados da pesquisa que aqui se realizou (Tabela 3), fica claro que a base conceitual da geopolítica dos mares, tanto no contexto nacional quanto internacional, é indissociável da ideia clássica de poder marítimo de Alfred Mahan, porém, alguns outros autores também aparecem com importância. No Brasil, observa-se uma forte utilização do cientista naval Armando Vidigal (aparece em 34%) e a geógrafa Therezinha de Castro (22%), dois dos principais nomes da geopolítica brasileira, com sua abordagem da oceanopolítica e Amazônia Azul. Além deles, destaca-se, também, Geoffrey Till com a ideia de Diplomacia Naval (44%), central no pensamento estratégico da Marinha Brasileira. No caso internacional, percebeu-se nas análises que há pouca variedade de autores e conceitos utilizados: é possível destacar apenas três exceções notáveis: Alfred von Tirpitz e a “teoria do risco”, citado duas vezes, Norman Angell e a ideia da “grande ilusão” e Jivanta Schottli e o conceito de governança marítima, ambos citados uma vez.

Tabela 3 - Quadro-síntese comparativo da pesquisa

	BRASIL	MUNDO
BASE CONCEITUAL	Poder Marítimo; Oceanopolítica; “Amazônia Azul”; Diplomacia Naval	Poder Marítimo; Teoria do Risco; “A Grande Ilusão”; Governança Marítima
VINCULAÇÃO DOS AUTORES	Militares	Civis
PERÍODOS MAIS PUBLICADOS (DÉCADAS)	Anos 1980 e 2010	Anos 2010 e 2020
FOCO DE PREOCUPAÇÃO	Atlântico Sul	Mares do Sul e Leste da China; Mar Negro; Oceano Índico; Mares Glaciais

Fonte: Elaboração própria.

Quanto aos próprios autores dos artigos levantados, no caso brasileiro, apesar da Revista Marítima Brasileira aceitar artigos de autores civis brasileiros e estrangeiros, todos os artigos levantados sobre a temática são de autores nacionais vinculados às Forças Armadas, mais especificamente à Marinha. Já os autores nas revistas internacionais seguem uma tendência completamente contrária: apesar de haver um caso em que os autores estão ligados às Forças Armadas (HOLMES; YOSHIHARA, 2006), os artigos são produzidos exclusivamente por civis, notadamente doutores e professores de universidades de todo o mundo.

Os artigos brasileiros se concentraram em dois períodos: na década de 1980, focados na definição dos conceitos de direito marítimo da CNUDM e na análise dos impactos dessas normas no planejamento geopolítico e estratégico do Brasil; e nos anos 2010, com ênfase no fortalecimento do poder marítimo e na defesa e segurança do país, já com as questões da CNUDM consolidadas. Na produção internacional, os períodos mais produtivos foram nas décadas de 2010 e 2020. Em 2010, houve uma variedade temática, mas com forte associação à CNUDM, similar ao Brasil nos anos 1980. Já nos anos 2020, ocorreu um aumento significativo de artigos, sobretudo sobre a China, que tem adotado uma postura mais assertiva para expandir seu poder marítimo e influência regional e global.

A partir da revisão de escopo, foi possível perceber uma interessante disper-

são espacial no foco da geopolítica dos mares desde 1982 (Figura 1), revelando novas áreas como objetos de estudo, especialmente em regiões em que podem ser percebidos conflitos territoriais marítimos. Há trabalhos sobre o tema em todos os continentes e oceanos do mundo, com forte destaque para o Mar da China. Apesar da óbvia importância dos EUA no cenário geopolítico mundial, há pouca produção sobre as águas mais próximas do seu território *core*, o que revela que a produção americana se preocupa mais com questões da geopolítica oceânica que ocorre em outras áreas do mundo, já que 27 autores são oriundos do país norte-americano.

Figura 1 - Figura de “símbolos proporcionais” dos mares e oceanos mais estudados nos artigos levantados

Fonte: Elaboração própria.



Além disso, apenas pesquisas brasileiras colocam o Atlântico Sul como recorte espacial, apesar da sua importância mencionada anteriormente. Porém, avanços em ações como a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), que tem como objetivo monitorar esse espaço geopolítico e geoestratégico, e utili-

zá-lo para desenvolver econômica, científica e politicamente os países membros (VAZ; MIGON, 2013), talvez converta esse oceano em um objeto de estudo mais proeminente na escala global.

Outro ponto importante a ser destacado é a relevante produção sobre os mares glaciais, especialmente o Oceano Ártico, ganhando força no que se conhece atualmente como “criopolítica” (DU *et al*, 2020), formada por questões políticas internacionais decorrentes de mudanças na criosfera e seus elementos constituintes devido ao aquecimento global, bem como a competição, conflitos e negociações resultantes entre atores estatais ou não estatais, cooperação e outros comportamentos interativos. Nos últimos anos, as mudanças impulsionadas por essas alterações climáticas posicionaram o Ártico e a Antártida como uma área fundamental para a geopolítica, já que o derretimento acelerado da criosfera permite a extração de recursos, formação de rotas marítimas e exploração do valor estratégico militar das regiões polares antes inacessíveis.

A Figura 1 revela que, apesar de a preocupação sobre geopolítica dos mares estar concentrada atualmente no sul asiático, o que revela a ascensão da China como potência que desafia principalmente os Estados Unidos, os mares euroasiáticos ainda se configuram como pontos importantes nesse debate. Os mares que são pontos de contato entre a Europa Ocidental e a Oriental/Rússia, ainda se configuram como áreas de tensão, como é possível perceber na prática com a invasão da Crimeia em 2014 (KUSHNIR, 2017).

O leste da Oceania, grande parte do continente africano e as partes mais setentrionais da América do Sul e da América do Norte não foram áreas de grande interesse nas pesquisas encontradas em geopolíticas dos oceanos, apesar de isso não significar uma ausência de conflitos, como se percebe atualmente entre Venezuela e Guiana sobre o território marítimo que faz parte da região de Essequibo (ELIAS-ROBERTS, 2014).

CONCLUSÃO

Essa pesquisa buscou por meio de uma revisão de escopo em importantes e grandes bases de dados expor como a abordagem geopolítica é utilizada dentro do ambiente acadêmico para compreender a importância dos mares e oceanos no cenário nacional e internacional, mostrando as principais discussões desde 1982. Trouxe também um breve panorama dos casos do Atlântico Sul, dos Mares Chineses, do Oceano Índico e dos Oceanos Glaciais, todos centrais nas pesquisas e alvos de grande notoriedade nos anos recentes.

Apesar de a utilização geopolítica dos mares não ser algo novo, sendo quase tão antiga quanto as primeiras civilizações humanas, fica evidente que a Conven-

ção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar de 1982 mudou profundamente a maneira pela qual os Estados pensam estrategicamente suas relações com os espaços oceânicos, dando novas dimensões e possibilitando que novos atores aumentem sua influência e poder, tanto em âmbito regional, quanto global. Ademais, mudanças nas últimas décadas, como o fim do mundo bipolar e a valorização de questões sociais, econômicas e ecológicas, moldaram o pensamento naval atual, exigindo novos conceitos e teorias, além de uma revisão dos clássicos da geopolítica marítima.

Na comparação entre a produção internacional e brasileira pré e pós-1982, observou-se que ambas mantêm algumas características tradicionais, mas apresentam importantes mudanças no foco temático. Enquanto a produção internacional segue predominantemente civil, com maior diversidade de objetos de estudo, abordando não apenas os mares das grandes potências mas também temas referentes à militarização dos espaços oceânicos, a produção brasileira continua sendo majoritariamente militar. No entanto, o pensamento naval brasileiro atual passou a valorizar mais questões sociais e ecológicas, além de dar maior destaque a discussões sobre a CNUDM e fronteiras marítimas, assim como a crescente importância do Pacífico e dos Oceanos Glaciais, temas já presentes anteriormente, mas com maior relevância no período pós-1982.

Vale ressaltar que essa pesquisa tem limitações que precisam ser superadas por investigações posteriores. A principal delas é o levantamento e análise que deverá ser realizado de artigos publicados em revistas ligadas a geopolítica no Brasil que não se encontram nas bases de dados selecionadas na pesquisa, como a Revista de Geopolítica, Revista Geopolítica Transfronteiriça, dentre outras. Além de não expressar a totalidade dos trabalhos produzidos na academia brasileira, faz-se necessário analisar futuramente outras formas de produção acadêmicas que abordam a temática, como mencionado anteriormente.

Esse artigo buscou auxiliar futuras produções em uma área que, apesar de estar crescendo dentro da academia, não é tão explorada na geografia brasileira. Entender as questões geopolíticas acerca dos mares joga luz nos processos dinâmicos de utilização tática desses espaços ou de possíveis reivindicações territoriais dentro de um Estado. Ademais, todos os anos, com novos atores se tornando presentes, novos casos surgem trazendo novas nuances para serem estudadas, fazendo com que as águas se mostrem como um objeto de estudo singular e muito pertinente no contexto atual do mundo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, A. Jurisdição brasileira sobre a plataforma continental além das 200 milhas. **Revista Marítima Brasileira**, v. 128, n. 3, p. 21-25, 2008.

ALLAHVERDIZADEH, R.; KARIMI, M. A New Approach to the Theory of Seapower in the 21st Century (In Times of War and Peace). **Geopolitics Quarterly**, v. 18, n. 4, p. 383-411, 2023.

AQUINO, S. Repercussões militares da expansão soviética na África. **Revista Marítima Brasileira**, v. 104, n. 1, p. 17-31, 1984.

AQUINO, G. A influência dos elementos baseados em terra na guerra naval: uma breve comparação entre Brasil e China. **Revista Marítima Brasileira**, v. 139, n. 2, p. 166-175, 2019.

AZEVEDO, D.; NOGUEIRA, R. **Geografia Política:** Base Conceitual e Diversidade Temática. Brasília: Caliandra, 2023.

AZEVEDO, D.; URIAS, G.; OLIVEIRA, L. A Revisão da Literatura como método de pesquisa na Geografia: uma scoping review. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 109, p. 65-88, 2023.

BECKER, B. A Geografia e o Resgate da Geopolítica. **Revista Espaço Aberto**, v.2, n.1, p.117-150, 2012.

BIEDERMANN, R. Exploring Sino-Russian-Nordics triangular relations: complex balancing along the Polar Silk Road. **Journal of Contemporary European Studies**, v. 30, n. 4, p. 623-639, 2022.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Decreto no 5.484, de 30 de junho de 2005.** Política de Defesa Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5484.htm#:~:text=DECRETO%20N%205.484%2C%20DE%2030,que%20lhe%20confere%20o%20art. Acesso em: 15 de novembro de 2023.

BROZOSKI, F. A **Revalorização Geopolítica e Geoeconômica do Atlântico Sul no Sistema Internacional.** Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2013.

BURNHAM, J. Scopus database: a review. **Biomedical Digital Libraries**, n. 3, v. 1, 2006.

BUSCH, J. **Oceanopolítica:** uma alternativa para el desarrollo. Santiago: Editorial Andres Bello, 1993.

CABRERA, D.; QUIROZ, A. La Zona Económica Exclusiva: el papel geopolítico de la Corte Internacional de Justicia en los casos Perú–Chile y Nicaragua–Colombia (2001-2014). **Geopolítica(s)**, v. 13, n. 1, p. 83-113, 2022.

CAMPELLO, M. **A Quem Interessar Possa! A Geopolítica Ambiental e os Impactos sobre o Pré-Sal Brasileiro**. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2018.

CASTRO, T. Oceanopolítica. **A Defesa Nacional**, v. 70, n. 709, p. 107-126, 2021.

CHIOZZO, V. Diplomacia naval: instrumento de política externa no mar. **Revista Marítima Brasileira**, v. 138, n. 2, p. 31-42, 2018.

CHOI, Y. The Blue Economy as governmentality and the making of spatial rationalities. **Dialogues in Human Geographies**, v. 7, n. 1, p. 37-41, 2017.

COMBLIN, J. **A Ideologia da Segurança Nacional**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, M. **O Atlântico Sul na reconfiguração do entorno estratégico brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2018.

COSTA, W. **Geografia Política e Geopolítica**. São Paulo: Edusp, 1992.

COSTA, W. Impressões sobre os rumos atuais da geografia política e da geopolítica (dialogando com Iná Elias de Castro). **Revista Espaço & Geografia**, v. 25, n. 1, p. 1-17, 2022.

CUNHA, M. O conceito de zona econômica exclusiva na convenção sobre o direito do mar: perspectivas e novas responsabilidades para os estados do terceiro mundo. **Revista Marítima Brasileira**, v. 108, n. 2, p. 99-107, 1988.

DODDS, K. Flag planting and finger pointing: The Law of the Sea, the Arctic and the political geographies of the outer continental shelf. **Political Geography**, v. 29, p. 63-73, 2010.

DU, D.; QIN, D.; MA, Y.; YANG, W.; XIA, Q. The Age of Cryopolitics is Coming. **Bulletin of Chinese Academy of Sciences (Chinese Version)**, v. 35, n. 4 , p. 513-522, 2020.

ELIAS-ROBERTS, A. Legal Reflections on the Guyana-Venezuela Maritime Issue. **Caribbean Journal of International Relations & Diplomacy**, v. 2, n. 1, p.13-36, 2014.

FEKETE, L. Civilisational racism, ethnonationalism and the clash of imperialisms in Ukraine. **Race and Class**, v. 64, n. 4, p. 3-26, 2023.

GRAY, C. **Perspectives on Strategy**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

GOUGH, B. Maritime Strategy: The Legacies of Mahan and Corbett as Philosophers of Sea Power. **The RUSI Journal**, v. 133, n. 4, p. 55-62, 1988.

GRYGIEL, J. **Great Powers and Geopolitical Change**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2007.

GUILFOYLE, D.; CHAN, E. Lawships or warships? Coast guards as agents of (in)stability in the Pacific and South and East China Sea. **Marine Policy**, v. 140, p. 1-8, 2022.

GURJAR, S. Russia Returns to the Indian Ocean: Exploring the Expanding Strategic Presence. **India Quarterly**, v. 78, n. 3, p. 413-430, 2022.

HEMMINGS, A.; STEPHENS, T. The extended continental shelves of sub-Antarctic Islands: implications for Antarctic governance. **Polar Record**, v. 46, n. 239, p. 312-327, 2010.

HOLLANDA, F. Geoestratégia e Geopolítica Mundial. **Revista Marítima Brasileira**, v. 93, n. 2, p. 119-137, 1973.

HOLLANDA, F. Geopolítica e o mar. **Revista Marítima Brasileira**, v. 94, n. 2, p. 133-153, 1974.

HOLMES, J.; YOSHIHARA, T. China and the Commons: Angell or Mahan? **World Affairs**, v. 168, n. 4, p. 172-191, 2006.

HOREJS, B. et al. The Aegean in the Early 7th Millennium BC: Maritime Networks and Colonization. **Journal of World Prehistory**, n. 28, p. 289-330, 2015.

HSIAO, A. China and the South China Sea “Lawfare”. **Issues & Studies**, v. 52, n. 2, p. 1-42. 2016.

HUANG, Y.; LIU, Y. Encountering and Experiencing the Geopolitics of Tourism (Im)Mobilities: A Case of China’s Tourism in the South China Sea. **Australian Geographer**, v. 54, n. 4, p. 545-559, 2023.

HUANG, Y. Consuming geopolitics and feeling maritime territoriality: The case of China’s patriotic tourism in the South China Sea. **Political Geography**, v. 98, p. 1-13, 2022.

IORA. **About IORA**. Disponível em: <https://www.iora.int/en/about/about-iora>. Acesso em: dezembro de 2023.

KATSANEVAKIS et al. Marine conservation challenges in an era of economic crisis and geopolitical instability: The case of the Mediterranean Sea. **Marine Policy**, v. 51, p. 31-39, 2015.

KEARSLEY, H. Rethinking Maritime Power Theory. **Comparative Strategy**, v. 2, p. 195-211, 1992.

KEYUAN, Z. Maritime Boundary Delimitation in the Gulf of Tonkin. **Ocean Development and International Law**, v. 30, n. 3, p. 235-254, 1999.

KUPRIYANOV, A. Geopolitics of the Sea: The Idea of Ocean Control in the Political Discourse of Independent India. **Vestnik RUDN International Relations**, v. 19, n. 2, p. 234-246, 2019.

KUSHNIR, O. Russian Geopolitical Advancements in the Black Sea Region: the Annexation of Crimea. **Athenaeum**, v. 56, p. 111-135, 2017.

LACOSTE, P. Stratégie navale: Guerre ou dissuasion? **Armées d'aujourd'hui**, v. 81, n. 61, p. 1-10, 1981.

LASSERRE, J. Les Rôles Géopolitiques du Saint-Laurent. **Cahiers de Géographie du Québec**, v. 24, n. 61, p. 135-144, 1980.

LEITE, C. A projeção anfíbia no apoio à política externa: construindo parcerias no Atlântico Sul. **Revista Marítima Brasileira**, v. 135, n. 3, p. 79-85, 2015.

LI, X.; LYNCH, A. New insights into projected Arctic sea road: operational risks, economic values, and policy implications. **Climate Change**, v. 176, n. 30, p. 1-16, 2023.

LIDAREV, I.; PANT, H. India and maritime governance in the Indian ocean: the impact of geopolitics on India's involvement in maritime governance. **Contemporary South Asia**, v. 30, n. 2, p. 269-286, 2022.

LONGO, A. Os interesses marítimos brasileiros e a terceira conferência sobre o direito do mar. **Revista Marítima Brasileira**, v. 105, n. 2, p. 41-85, 1985.

LUO, S. China-South Korea Disputes in the Yellow Sea: Why a More Conciliatory Chinese Posture. **Journal of Contemporary China**, v. 31, n. 138, p. 913-930, 2022.

MAHAN, A. **Influence of sea power upon history, 1660-1783**. Boston: Little, Brown and Company, 1891.

MARCONDES, V.; BRISOLA, A. Análise por triangulação de métodos: Um Referencial para pesquisas qualitativas. **Revista Univap**, v. 20, n. 35, p. 201-208, 2014.

MARREIRO, M. **As representações espaciais e a geopolítica popular no Brasil: o Atlântico Sul como uma geografia imaginativa**. Dissertação (Mestrado em Segurança Internacional e Defesa) - Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa, Escola Superior de Defesa, 2021.

MARRONI, E.; ASMUS, M. Geopolitical Strategy for the Territorialism of Oceans and Seas. **International Journal of Geosciences**, v. 4, n. 7, p. 1051-1054, 2013.

MAWYER, A. Floating islands, frontiers, and other boundary objects on the edge of Oceania's futurity. **Pacific Affairs**, v. 94, n. 1, p. 123-144, 2021.

MOHAMADI, H.; ZARGHAMI, E.; VALIZADEH, H. Analysis of the reasons for focusing the US strategy towards Asia-Pacific. **Geopolitics Quarterly**, v. 15, n. 54, p. 173-195, 2019.

NOORALI, H; AHMADI, S. Highlighting the Geopolitical Challenges Facing the China One Belt One Road Initiative. **Geopolitics Quarterly**, v. 18, n. 66, p. 1-34, 2022.

OPESKIN, B. Australia's territorial sea: International and federal implications of its extension. **Ocean Development and International Law**, v. 22, n. 4, p. 395-431, 1991.

PENHA, E. **Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul**. Salvador: EDUFBA, 2010.

PIZZOLO, P. The legacy of Admiral von Tirpitz: a geopolitical understanding of China's naval buildup through sea-denial strategies. **Italian Political Science Review**, v. 52, n. 3, p. 297-312, 2022.

REIS, R. Atlântico Sul e Amazônia Azul: Um desafio geopolítico para a sociedade brasileira? **Revista Marítima Brasileira**, v. 134, n. 2, p. 29-45, 2014.

ROWAN, J. The U.S.-Japan Security Alliance, ASEAN, and the South China Sea Dispute. **Asian Survey**, v. 45, n. 3, p. 414-436, 2005.

SADDINGTON, L.; HILLS, T. Geopolitics and humiliation: The 'sinking islands' of Tuvalu. **Political Geography**, v. 105, p. 1-18, 2023.

SCHOTTLI, J. **Power, Politics and Maritime Governance in the Indian Ocean**. Abingdon: Routledge, 2015.

SCOTT, D. Small Island Strategies in the Indo-Pacific by Large Powers. **Journal of Territorial and Maritime Studies**, v. 8, n. 1, p. 66-85, 2021.

SHINTAKU, M.; BRITO, R.; NETO, S. A avaliação dos portais de revistas brasileiros implementados com o SEER/OJS por meio do levantamento da indexação pelo Latindex e SciELO. **Informação & Sociedade: Estudos**, v. 24, n. 2, p. 139-148, 2014.

SLOAN, G. **Geopolitics, geography and strategic history**. Abingdon: Routledge, 2017.

SILVA, A. O Atlântico Sul na perspectiva da segurança e da defesa. **Revista Marítima Brasileira**, v. 134, n. 3, p. 41-55, 2014.

SINGH, K. The Changing Paradigm of India's Maritime Security. **International Studies**, v. 40, n. 3, p. 229-245, 2003.

SONG, Y. The PRC's Peacetime Military Activities in Taiwan's EEZ: A Question of Legality. **The International Journal of Marine and Coastal Law**, v. 16, n. 4, p. 625-643, 2001.

STERGIOU, A. Eastern Mediterranean Energy Geopolitics Revisited: Green Economy Instead of Conflict. **Journal of Balkan and Near Eastern Studies**, v. 25, n. 4, p. 604-625, 2023.

VAZ, C.; MIGON, E. O Brasil e as alternativas para o incremento da cooperação em segurança & defesa na zona de paz e cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). **Revista da Escola Superior de Guerra**, v. 28, n. 56, p. 110-131, 2013.

VIANNA FILHO, A. Geopolítica e fronteiras. **Revista Marítima Brasileira**, v. 100, n. 1, p. 81-103, 1980.

VIANNA FILHO, A. Geopolítica na Venezuela. **Revista Marítima Brasileira**, v. 101, n. 3, p. 135-148, 1981.

VOROZHEINA, Y.; KURGANSKII, A. Genesis and Evolution of the Polish Geopolitical Concept of Intermarium. **Sovremennaya Evropa**, v. 2023, n. 1, p. 127-138, 2023.

WU, X.; VELASCO, J. Examining the Philippines' China policy: great powers and domestic politics. **Australian Journal of International Affairs**, v. 76, n. 6, p. 672-693, 2022.

Recebido em: 24 jan. 2024. Aceito em: 16 maio 2025.

